

ACESSO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: O DIREITO INTERNACIONAL VISTO EM COMUNIDADE DE PRÁTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

*ACCESS TO THE INTER-AMERICAN HUMAN RIGHTS SYSTEM:
INTERNATIONAL LAW SEEN IN A COMMUNITY OF PRACTICE
IN THE STATE OF PERNAMBUCO*

*João Vitor Sales Zaidan**

*Laura Gabriella Muniz da Silva***

O Programa de Extensão Acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (aSIDH) funciona atualmente no Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife. A ideia da iniciativa é promover assistência jurídica às populações marginalizadas, em especial aos dois casos que foram à Corte Interamericana de Direitos Humanos e estão localizados no estado de Pernambuco: o da demarcação da Terra Indígena (TI) do Povo Xukuru de Ororubá, na cidade de Pesqueira, e o da superlotação do Complexo Penitenciário do Curado, em Recife. Além disso, são feitas ações em matéria de educação de direitos humanos e tomada de consciência, sempre considerando o Método Paulo Freire de valorização de sujeitos e de diálogo interconectado.

A história do aSIDH começa em 2012, na Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo de democratizar o acesso ao sistema regional/internacional de proteção dos direitos humanos, de modo a capacitar pessoas para atuação no campo e prestar auxílio a populações necessitadas, conectando-as à universidade e a instituições parceiras. A primeira experiência de do aSIDH ocorreu em 2014, em João Pessoa, no estado da Paraíba, quando uma liminar foi proferida de modo pioneiro liberando o uso do canabidiol para dezesseis pacientes terminais acometidos com

*Graduando do 2º período do curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife/Universidade Federal de Pernambuco e extensionista do aSIDH. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3724677681050200>. E-mail: joao.zaidan@ufpe.br.

**Graduanda do 8º período do curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife/Universidade Federal de Pernambuco e extensionista do aSIDH. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4782067539248056>. E-mail: lauragmuniz@hotmail.com.



condição grave. A extensão teve um papel essencial na definição da sentença ao participar da redação de uma nota técnica sobre precedentes internacionais sobre responsabilização do Estado, usada pelo Ministério Público e acatada pela Justiça local.

Em 2016, o projeto aSIDH foi levado à UFPE, passando posteriormente a ser Programa de Extensão Universitária, com dois projetos de extensão como eixos centrais envolvendo casos de violações de direitos humanos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). Esses projetos iniciaram como uma iniciativa de monitoramento e maneira de aproximar a Universidade de casos práticos em que o SIDH aproxima-se da realidade local.

O primeiro projeto de grande repercussão do aSIDH já em Pernambuco foi o caso do povo indígena Xukuru de Ororubá, situado na cidade de Pesqueira (Pernambuco), que o projeto acompanha desde 2016, quando ainda tramitava na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O referido povo reconhecidamente enfrentou uma grande demora no processo de demarcação de sua TI, envolvendo uma notável omissão por parte do Estado brasileiro, além de violência local e até mesmo uma ação de suscitação de dúvidas vinda do oficial notarial de Pesqueira.

O segundo projeto de extensão do aSIDH teve início em 2017, com a participação de membros da iniciativa em um fórum de monitoramento promovido pela Procuradoria da República de Pernambuco, com relação ao caso do Complexo Penitenciário do Curado. Entre as determinações estabelecidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos estão o direito dos presos de terem o cômputo em dobro de sua pena diante das condições degradantes no cárcere e a necessidade da diminuição do número de pessoas presas diante da superlotação.

Vale observar que as atividades do aSIDH demonstram uma sensível articulação entre pesquisa e extensão. Desde 2022, uma pesquisa com membros das áreas do Direito, Antropologia e História vem sendo desenvolvida, após aprovação no Edital de Estudos Étnicos Raciais Solano Trindade da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, com quatro povos indígenas situados no estado de Pernambuco¹, incluindo o Xukuru, de modo a entender as interações de seus sistemas de justiça com o direito formal no Brasil.

1 Resultado do Edital de Estudos Étnico-Raciais Solano Trindade: Disponível em: <https://www.facepe.br/wp-content/uploads/2022/04/Edital-29-2021-Estudos-Etnico-Raciais-Solano-Trindade-Resultado.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023



Dessa forma, a referida extensão pode ser reconhecida como integrante de uma comunidade de prática em direitos humanos, na medida em que articula o conhecimento e as problemáticas locais a discussões internacionais, uma estratégia visando à mobilização para cobrar instituições de suas responsabilidades. Entende-se que uma parte importante para a concretização do direito na prática é a cobrança por parte da sociedade civil – na qual as universidades estão não apenas incluídas, como são essenciais para tanto.

Nesse sentido, a missão do aSIDH tanto passa pela educação em direitos humanos quanto pela atuação como clínica de direitos humanos. Não se pode esquecer da relevância que tem o Método Paulo Freire para a atuação da extensão, em matéria de ouvir e reconhecer a voz de populações marginalizadas. Há, ainda, atuações práticas junto a outros atores nacionais da comunidade prática, como o judiciário, ministério público, defensoria, auxiliando em ações e produzindo relatórios.

Uma característica importante e que situa o aSIDH são as parcerias com outras organizações da sociedade civil e estatais relacionadas à garantia de direitos fundamentais. Há atuações conjuntas com a Organização Não-Governamental Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), com a Defensoria Pública da União, que também atua peticionando e monitorando no caso do Complexo do Curado e com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que tem uma inserção histórica na questão indígena no Brasil e também acompanha o povo Xukuru Há colaborações também com a Ordem dos Advogados do Brasil e com o Ministério Público Federal, envolvendo o intercâmbio de conhecimento.

Em 2022, extensionistas do aSIDH participaram do projeto Litigantes do Futuro, promovido pela ONG Conectas Direitos Humanos. A iniciativa foi muito importante para o Programa, na medida em que o alçou a um novo patamar no contexto da comunidade de prática em direitos humanos no Brasil, além de ter provido formação sobre litígio estratégico, essencial para a atuação do Programa.

O aSIDH também foi a primeira extensão brasileira a participar da Escola Intensiva “*Derechos Humanos, Conocimiento Experto y Comunidad de Práctica?*”, em 2022, em Heidelberg, conjuntamente com o Instituto Max Planck de Direito Público Comparado e Direito Internacional Público e o Instituto Max Planck de História do Direito e Teoria do Direito. Tem-se, assim, uma expansão das fronteiras do

2 Para mais informações conferir em Max Planck Law Winter School - Escuela Intensiva: “Derechos Humanos, Conocimiento Experto y Comunidad de Práctica”. Disponível em: <<https://www.mpil.de/en/pub/news/events.cfm?event=calendar.Display&cat=3&iDisplayID=1&date=12/12/2022>>. Acesso em: 10 fev. 2023.



Programa tanto em matéria de conhecimento, com a apropriação de teorias e de pensamentos hodiernos, além de levar a produção brasileira para o exterior.

Assim sendo, pôde-se observar como os objetivos do aSIDH, que surgiu há mais de dez anos, vêm sendo sistematicamente cumpridos e ampliados com o tempo. No âmbito universitário, é notável como o trabalho da extensão teve um impacto em matéria de divulgação científica, com uma maior popularização do conhecimento aprofundado sobre direitos humanos e o SIDH. Na própria sociedade, que é o objetivo principal de ações extensionistas, o Programa vem fazendo uma diferença importante, alçando grupos que não têm seus direitos garantidos a um patamar mais elevado de cobrança. Transformam-se, assim, vítimas em protagonistas, reconhecendo e amplificando suas vozes e vivências.

REVISTA
AVANT

46

